

ANÁLISE DA PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE ORGANIZAÇÃO DE AMBIENTES DE APRENDIZAGEM EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS INCLUSIVOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO FÍSICA

Marcos Vinicius Ferronato
Khaled Omar Mohamad El Tassa
Gilmar Carvalho Cruz
Rafaela Portela Franco
Vinicius Tavares

RESUMO

Mostra-se relevante desvelar, nesse cenário, a produção de conhecimento acadêmico sobre organização de ambientes de aprendizagem no âmbito da Educação Física inserida em contextos educacionais inclusivos. Assim, foi realizada a análise da produção científica – de 2001 até 2013 – sobre organização de ambientes de aprendizagem no âmbito da Educação Física inserida em contextos educacionais inclusivos, considerando importantes espaços de veiculação do conhecimento academicamente produzido no cenário educacional brasileiro: a) Revista Movimento; b) Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte; c) Reuniões Anuais da ANPED. Os resultados encontrados indicam a incipiente produção acadêmica relacionada com a organização de ambientes de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: *Inclusão; Educação Física; Organização de Ambientes de Aprendizagem*

INTRODUÇÃO

Nas discussões relacionadas à inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais chama a atenção algumas compreensões a respeito do ordenamento legal referente ao assunto. Ainda é possível perceber esse assunto como algo novo no cenário educacional brasileiro. No entanto, se nos reportarmos ao Decreto 914 (BRASIL, 1993) e à Lei 7853 (BRASIL, 1989), observaremos que a preocupação com a efetivação da escolarização de pessoas com necessidades especiais não surge no Brasil após a Declaração de Salamanca. Não podemos perder de vista, no entanto, que a produção acadêmico-científica, fruto desse diálogo com demandas sociais historicamente construídas e de algum modo traduzidas nesses textos legais, vem se adensando nas últimas duas décadas. Exemplo desse diálogo acadêmico-político no Brasil é o Manifesto da

Comunidade Acadêmica, a ser encaminhado à Presidenta da República e ao Ministro da Educação, solicitando “revisão da Política Nacional de Educação Inclusiva” (PETIÇÃO PÚBLICA, 2011). Não se pode negar o avanço na legislação brasileira no que se refere à inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais.

No caso específico da Educação Física, o tema *inclusão* representa uma inequívoca provocação para a área, principalmente se ampliarmos a ideia de *inclusão* para além do atendimento escolar de pessoas com necessidades especiais. Afinal de contas, tradicionalmente nossas aulas são *inclusivas*? Isto é, garantem a participação efetiva de todos os alunos? Pensar nesse assunto exige profundidade para que consigamos alcançar, na discussão, a própria Educação Física. Para instigar o aprofundamento nessas questões, relevantes para nosso aprimoramento acadêmico-profissional, vale compartilhar reflexão elaborada por Gomes, Almeida e Bracht (2010). O fato desses autores não se intitularem “da Educação Física Adaptada” permitiu uma reflexão *desterritorializada*, desprovida do temor da aclamada socialização de saberes, permeada por relações caracterizadoras do campo acadêmico-científico, compreendido aqui como um “lugar de relações de força [...] e de lutas que visam transformá-las ou conservá-las” (BOURDIEU, 2004, p.170). Portanto, o referido ensaio assentado no pensamento de Bauman, não desgarrar de questões viscerais da Educação Física, ao mesmo tempo que não a adjetiva.

No centro dessas discussões apresenta-se, em grande medida, o apontamento de que a inclusão requer do professor uma preparação profissional academicamente sustentada. Para Freitas (2006), pensar em inclusão de alunos com necessidades especiais nos leva a uma reflexão sobre a formação do professor e as práticas pedagógicas atuais. Nesse sentido, é de se esperar que a comunidade acadêmico-científica alinhada com seu entorno social, e com ele dialogando, se interesse por temáticas que elucidem inquietações profissionais cotidianas, principalmente se assumirmos que a intervenção profissional não pode prescindir de uma base científica que lhe dê o devido suporte teórico-metodológico. Manoel (2005), Corrêa e Tani (2005) e Gimenez e Manoel (2005) apontam em seus estudos para elementos de interesse no que diz respeito ao desenvolvimento motor, estrutura da prática em aprendizagem motora e sobre o comportamento motor de pessoas

com necessidades especiais. Esses estudos apresentam reflexões de interesse no que se refere à organização de ambientes de ensino-aprendizagem.

Neste contexto, tem-se como objetivo do estudo analisar a produção científica – de 2001 até 2013 – sobre organização de ambientes de aprendizagem no âmbito da Educação Física inserida em contextos educacionais inclusivos, considerando importantes espaços de veiculação do conhecimento academicamente produzido no cenário educacional brasileiro: a) Revista Movimento; b) Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte; c) Reuniões Anuais da ANPED.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Para realizar a discussão proposta foram consideradas as edições da Revista Movimento e os trabalhos completos publicados nos Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE e das Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, publicados entre os anos de 2001 a 2013. Após esse levantamento serão selecionados, a partir dos títulos dos textos, aqueles relacionados com o tema do estudo. A confirmação da pertinência dos textos ao objetivo da pesquisa aconteceu por ocasião da leitura de seus resumos. Na sequência, analisou-se os textos de interesse à discussão considerando: a) palavras-chave; b) objetivo; c) método; d) resultados; e) conclusões. A opção pela Revista Movimento apoia-se no fato de se tratar, no momento, de um dos periódicos nacionais com melhor avaliação (estrato A2 na Educação, A2 na Educação Física e B1 na área Interdisciplinar) junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (BRASIL, 2012). O Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, por sua vez, é um tradicional evento acadêmico vinculado ao Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e tem o Grupo de Trabalho Temático *Inclusão e Diferença* (GTT 12) como espaço que aborda questões relacionadas a pessoas com necessidades especiais, do mesmo modo que as Reuniões Anuais da ANPED o fazem em seu Grupo de Trabalho *Educação Especial* (GT15).

RESULTADOS OBTIDOS E DISCUSSÃO

No Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE, não foi possível verificar todas as publicações devido à organização do site do evento. Quando foi buscado

pelas edições do CONBRACE que abrangessem entre os anos de 2001 a 2013, foram encontradas apenas três edições disponíveis, XVI, XVII e XVIII, sendo estas publicações dos anos de 2009 a 2013. Para análise, foram considerados apenas os periódicos disponíveis.

Foi encontrado apenas um estudo nas três edições do CONBRACE que atendia aos critérios. A pesquisa encontrada pertence aos autores Márcio Garbuio e Daniel Zacaron (XVII CONBRACE, 2011), e se tratava de contribuições da atividade física em ambientes naturais para deficientes visuais. Este procurava se utilizar do método descritivo, observações feitas durante a prática de algumas atividades relacionadas, documentários, matérias, e entrevistas locais, além da coleta de dados através de um questionário elaborado. O estudo conclui que a utilização de ambientes como a natureza, podem influenciar positivamente os portadores de deficiência visual a superar-se, obtendo maior confiança na diminuição do medo e da orientação nos espaços.

Na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação encontrou-se dois estudos que se encaixavam dentro do sistema de análise por palavras chaves e temas. Porém, ao se fazer um estudo mais aprofundado do resumo e do texto, descobriu-se que apenas um deles ainda mantinha o foco para o estudo em questão. O descarte ocorreu devido que o estudo em questão não buscava propor uma forma de modificar o ambiente dos alunos com deficiência, mas somente de análise e reflexão sobre o que ocorria nas aulas através de reuniões com os professores.

Uma pesquisa importante é de Manuel Osmar Seabra Junior da Universidade Estadual de São Paulo “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP (2008). A pesquisa teve como objetivo avaliar estratégias de ensino e recursos pedagógicos para alunos com deficiência visual nas aulas de educação física, sendo o estudo caracterizado como revisão bibliográfica, tendo como base estudos científicos em nível nacional e internacional registrados no banco de dados da Capes a partir de 1995. Foram encontrados neste estudo recomendações sobre os ambientes de aprendizagem para deficientes visuais como: adaptações do local, espaço e equipamento (marcas no chão, traves contrastantes, bolas brilhantes e bolas de praia para voleibol); adequações do ambiente para que todos se

sintam seguros; evitar ambientes profundamente ricos em estímulos sonoros – área de jogo silenciosa; utilização de ambientes bem iluminados para estimular o uso da visão residual.

As conclusões do estudo apontam que:

A ordenação das categorias, subcategorias e suas proposições, fez-se em um arranjo com base na preparação e ação do professor para com seus alunos cegos ou com baixa visão. Este formato compõe um instrumento que corroborará em âmbitos diferenciados como: material para formação de acadêmicos, para professores de instituições, professores de esportes adaptados, bem como para uso diário de professores que atuam com essa clientela exclusiva ou em meio à inclusão (OSMAR, 2008, p.20).

Sendo assim, estes ainda concluem que há aspectos menos favorecidos pelas publicações, dada as poucas proposições encontradas.

Na revista Movimento, foram encontrados dois artigos. Um estudo realizado em 2002 e outro em 2007. O trabalho do ano de 2002 era uma investigação sobre a inclusão de uma menina surda nas aulas de educação física. Sua autoria pertence à Gisele Carreirão Gonçalves, Alexandre Fernandez Vaz e Luciano Lazaris Fernandes. Utilizaram como metodologia observação participante, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. A amostra do estudo, se concentra em uma menina que perdeu a audição aos 5 anos de idade em virtude da meningite. A aluna fazia parte de uma turma que, como ela, apresentavam condições socioeconômicas visivelmente precárias.

O ambiente educacional era uma escola de pequeno porte. O espaço reservado à educação física era uma sala e um pátio. Segundo os pesquisadores

[...] embora seja difícil comparar situações que se aproximam do limite do suportável, como é o caso do ensino público no Brasil, não se pode negar que, apesar do pequeno espaço físico e das restritas instalações, a escola possuía instalações que possibilitavam a prática pedagógica (GONÇALVES, 2002, p.66).

Importante ressaltar que uma das alternativas para inclusão nas aulas de educação física foi eleger como conteúdo para as aulas a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Porém nas aulas, um aspecto muito importante visualizado pelos pesquisadores seria o mimetismo utilizado pela aluna e pelos seus colegas para conseguir amplificar o rol de recursos necessários para se estabelecer uma boa comunicação.

Com base nos dados coletados, os autores afirmaram que a aluna possuía como características o reconhecimento de ser surda, ser diferente, que por sua vez só existia

porque se deparava com os ouvintes (e vice versa). A partir desse estudo podemos verificar que se os alunos com deficiência possuírem contato com outros alunos considerados “normais”, estes buscaram a superação de suas dificuldades, procurando a adaptação ao contexto para que se tenha um meio de comunicação e troca de conhecimento.

O estudo mais atual da Revista Movimento tem como tema a inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de educação física na educação infantil. Sua autoria é de Atos Prinz Falkenbach, Fernando Edi Chaves, Dileni Penna Nunes e Vanessa Flores do Nascimento (2007) e investiga a temática da inclusão de crianças com necessidades especiais na prática pedagógica da Educação Física na Educação Infantil. A metodologia era de corte qualitativo. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram observações com pauta previamente definidas e um recurso para visualizar o andamento da prática, além de entrevistas semiestruturadas. Através das entrevistas com os professores, os pesquisadores obtiveram os apontamentos para uma boa organização dos ambientes de aprendizagem, no entanto, a escola necessita de maiores recursos, como adaptação do local, e este não seria somente o espaço escolar, pois o caminho percorrido até a escola pelo aluno também deve possuir opções. É evidenciado também, a necessidade de mais recursos humanos e melhor qualificados para o atendimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no contexto escolar. Sendo assim, mesmo com toda o ordenamento legal brasileiro e o avanço que se fez na área de inclusão nos últimos anos, ainda se faz falta uma qualificação adequada aos profissionais da área educacional.

O Quadro 1 explicita quantitativamente o número de referências bibliográficas específicas ao tema organização de ambientes de aprendizagem encontradas neste estudo.

Quadro 1 – Trabalhos científicos encontrados em anais de eventos e revista movimento

	Número encontrado
Revista Movimento	2
ANPED	1
CONBRACE	1

Segundo o artigo 59 da atualização da LDB (2010, 5ª edição), os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades. Sendo assim, a organização do ambiente de aprendizagem está garantida por lei aos deficientes físicos e mentais para que estes possam ter um local de educação que possibilite realmente o aprendizado.

Ao averiguar os estudos, notamos que os sujeitos das pesquisas se tratam de pessoas que possuem deficiência visual e auditiva. Não foi encontrado estudos, por exemplo, que tratem da Síndrome de Down, deficiência motora, etc., demonstrando assim o quanto a área é superficial quando se trata de pesquisas sobre inclusão de alunos com deficiência.

Sendo assim, necessitamos de estudos que averiguem e relatem métodos diferentes de se organizar e adaptar o ambiente, neste caso o ambiente educacional, tornando-o eficaz conforme a necessidade do grupo, afinal, podemos ter uma metodologia funcional na maioria dos casos, mas nem sempre está será eficiente, sendo importante o conhecimento de novos estudos e modos de se organizar o contexto.

Claro que não podemos cometer equívoco de crer que se for possível utilizar novos métodos conseguiremos incluir todo e qualquer aluno e adaptar todos os ambientes e contextos. Mas o exercício de buscar novos métodos será sempre com o intuito de uma melhora, um aperfeiçoamento para se superar as dificuldades.

Deste modo acreditamos ser interessante um maior aprofundamento da área de educação física ao discutir deficiência física e inclusão no ambiente escolar, buscando assim transformar a formação acadêmica do curso de graduação e como consequência uma melhor estrutura para o ambiente escolar em si.

RESUMEN

Muestra de ser relevante revelar, en este escenario, la producción de conocimiento académico sobre la organización de los ambientes dentro de la Educación Física insertados en contextos educativos inclusivos de aprendizaje. Se llevó a cabo el análisis de la literatura científica de 2001-2013, sobre la organización de los ambientes adentro de la Educación Física insertados en contextos inclusivos de aprendizaje, teniendo en cuenta las áreas importantes de la transmisión de conocimientos académicos producidos en el

escenario educativo brasileño: a) la revista Movimiento; b) Congreso Brasileiro de Ciências do Esporte; c) Reuniones Anuales de la ANPED. Los resultados indican la incipiente investigación académica relacionada con la organización de los ambientes de aprendizaje.

PALABRAS CLAVE: *Inclusión; Educación Física; Organización Ambientes de Aprendizaje*

ABSTRACT

Exhibit to be relevant to unveil, in this scenario, the production of academic of knowledge on the organization of learning environments within the Physical Education inserted in scenario of inclusive educational. So, was conducted analysis the production scientific – of 2001 until 2013- with relation the organization of learning environments on contexts the Physical Education inclusive, considering important areas of transmission of academically knowledge produced in Brazilian educational scenario: a) Movimento magazine; b) Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte; c) Annual Meetings ANPED. The results indicate the incipient production academic related to the organization of learning environments.

KEYWORDS: *Inclusion; Physical Education; Organization Learning Environments*

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. 1.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. *Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES. Webqualis*, 2012. Disponível em: < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis/principal.seam> >. Acesso em: 28 mar. 2013.

_____. *Decreto no 914, de 6 de setembro de 1993*. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, 1993.

_____. *Lei no 7853 de 24 de outubro de 1989*. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Brasília: DOU, 25 de outubro de 1989.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 5ª edição – 2010.

CORRÊA, U.C.; TANI, G. *Estrutura de prática e processo adaptativo em aprendizagem motora: por uma nova abordagem prática*. In: TANI, G. *Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, p.141-161.

FALKENBACH, A. P.; CHAVES, F. E.; NUNES, D. P.; NASCIMENTO, V. F. d. A *inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil*. Movimento – Porto Alegre, v.13, n.2, p. 37-53, maio a agosto de 2007.

FREITAS, S. N. *Educação e formação de professores: experiências inclusivas implementadas em Santa Maria/RS*. Ensaios pedagógicos. Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Especial – III Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores - Educação Inclusiva, Brasília, 2006. p.239 – 245.

GARBUIO, M.; ZACARON, D. *As contribuições da atividade física em ambientes naturais nos aspectos psicossociais de pessoas portadoras da deficiência visual*. XVII CONBRACE IV CONICE em Porto Alegre – Ciência e compromisso social – Implicações na educação física e ciências do esporte. 2011.

GIMENEZ, R.; MANOEL, E.J. Comportamento motor e deficiência: considerações para pesquisa e intervenção. In: TANI, G. Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, p.314-327.

GOMES, I.M.; ALMEIDA, F.Q.; BRACHT, V. O local da diferença: desafios á Educação Física Escolar. *Pensar a prática*, Goiânia, v,13, n.1, 2010.

GONÇALVES, G. C.; VAZ, A. F.; FERNANDES, L. L. *Itinerários da inclusão de pessoas com histórico de deficiência: um estudo sobre uma menina surda em aulas regulares de Educação Física*. Movimento – Porto Alegre, v.8, n.3, p. 63-71, setembro/dezembro 2002.

MANOEL, E.J. *O estudo do desenvolvimento motor: tendências e perspectivas*. In: TANI, G. Comportamento motor: aprendizagem e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005, p.34-44.

SEABRA JUNIOR, M. O. *Estratégias de ensino e recursos pedagógicos para o ensino do aluno com deficiência visual na atividade física adaptada em Unesp*. GT-15: Educação Especial. 2008.

PETIÇÃO PÚBLICA. *Manifesto da comunidade acadêmica pela revisão da política Nacional de Educação Inclusiva*, 2011. Disponível em < <http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2011N11492> >. Acesso em: 8 jul. 2011.